

# Garimpando os recursos

A partir de agora, governo e governador estão concentrados em botar os tratores nas ruas do Distrito Federal. Para chegar em maio do ano que vem — quando começa a campanha para valer — com a popularidade lá em cima, o governador quer aparecer para a população como um grande tocador de obras.

A ideia do governador Cristovam era ir aumentando o volume de obras no decorrer do seu mandato. Em 1995, ainda não fora adotado o Orçamento Participativo (OP) — onde delegados eleitos pela população apontam as prioridades em obras para cada comunidade. Foram gastos R\$ 60 milhões com asfaltamentos e pequenos reparos em escolas. Grande parte do dinheiro foi gasto em abonos e incorporações aos funcionários públicos. Foi o ano do afago nos servidores.

Em 1996, primeiro ano do OP, o governo programou-se para gastar R\$ 156 milhões com recursos próprios. Investiu apenas R\$ 56 milhões. Ficaram faltando R\$ 100 milhões para obras. O ano acabou ficando marcado pelo atraso do 13º salário de 17 mil servidores da administração direta.

O ano de 1997 começou embalado pela crise financeira. Rombo nas contas das transferências do governo federal e buraco nos cofres da Secretaria de Fazenda. Mesmo assim, a ordem era investir mais R\$ 125 milhões em obras do OP.

Para isso, o governo conseguiu um bom aporte de dinheiro. Vieram R\$ 250 milhões de um financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a conclusão do metrô e R\$ 135 milhões de verbas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para obras de saneamento básico, rede de águas pluviais e asfaltamentos em Santa Maria, São Sebastião, Samambaia e Sobradinho II.

De recursos próprios, o governo vai gastar em obras R\$ 60 milhões da arrecadação impostos, R\$ 70 milhões do dinheiro das ações da Companhia Energética de Brasília (CEB) e R\$ 10 milhões da venda de terrenos da Terracap no Setor Sudoeste. Para fechar o biênio 1996/1997 com o Orçamento Participativo totalmente atendido, faltam R\$ 225 milhões.

A vice-governadora, Arlete Sampaio, coordenadora do Orçamento Participativo, calcula que dê para concluir 100% das obras previstas para 1996 ainda este ano. As demandas do

OP de 1997 serão empurradas para o ano que vem. Ela admite que não vai ser possível terminar todas as obras previstas para 1997. “Mas vamos, pelo menos, licitá-las. Quando o dinheiro vier, as obras começarão imediatamente”, diz Arlete. Para 1998, menos obras serão iniciadas. Será o ano das inaugurações. As principais delas: o Metrô e a reforma da Rodoviária do Plano Piloto.

## PRIVATIZAÇÕES

Uma das formas de conseguir dinheiro, a maior delas, no entanto, não deve vingar. Trata-se do polêmico projeto da criação dos novos bairros do Taquari, Boa Vista, Dom Bosco, São Bartolomeu, Vicente Pires e Jardim Botânico. Polêmico porque o governo quer aproveitar a legalização dos condomínios irregulares para criar novos lotes — e vendê-los. Mas isso a oposição não vai deixar.

O projeto do governo levado à Câmara Legislativa que dava carta branca para a Terracap negociar lotes nem entrou em votação. Sem acordo, foi retirado de pauta. “Não vamos deixar o governo fazer fluxo de caixa com a desculpa de regularizar condomínios”, afirma o líder do PMDB, deputado distrital Tadeu Filippelli.

E se quiser, não deixa mesmo: o PMDB tem 11 dos 24 votos na Câmara — e mais o de Renato Rainha, do PL. A oposição calcula que o governo conseguiria arrecadar R\$ 500 milhões com o projeto dos bairros. Um chute, superestimado. Mas, de qualquer forma, seria um bom dinheiro. “Algo em torno de R\$ 200 milhões”, calcula um técnico da Terracap.

“Esse projeto (dos bairros) é fundamental para obtermos recursos”, reconhece Arlete Sampaio, a dona do carimbo das obras do governo. Mesmo sendo o Orçamento Participativo decidido pela população, é Arlete quem dá o cheque-administrativo para tocar as obras.

Uma outra forma de arrecadar dinheiro esbarra nos dogmas ideológicos do PT, radicalmente contrário às privatizações. De acordo com cálculos da Secretaria de Fazenda, o governo poderia arrecadar R\$ 600 milhões com a venda da CEB, Caesb e BRB. “Com essa determinação, Cristovam poderia fazer o melhor governo da história de Brasília”, diz o ex-secretário de Administração, André Eduardo Fernandes. “O pior é que se a oposição ganhar, eles é que o farão”, lamenta.